

**CR2 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/A
COMPANHIA ABERTA**

CNPJ Nº

07.820.907/0001-46

NIRE Nº 33 3 0027764-1



**PROPOSTA DA
ADMINISTRAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL
ORDINÁRIA**

A SER REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2022

SUMÁRIO

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO	3
ANEXO I - COMENTÁRIOS DOS DIRETORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA, NOS TERMOS DO ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA	9
ANEXO II INFORMAÇÕES RELACIONADAS À PROPOSTA DE ELEIÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, NOS TERMOS DOS ITENS 12.05 A 12.10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA	34
ANEXO III INFORMAÇÕES REFERENTES À PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, NOS TERMOS DO ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA.....	38

**CR2 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/A
COMPANHIA ABERTA**

CNPJ Nº

07.820.907/0001-46

NIRE Nº 33 3 0027764-1

**PROPOSTA DA
ADMINISTRAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL
ORDINÁRIA**

A SER REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2022

Senhores Acionistas,

Apresentamos a seguir a Proposta da Administração da CR2 Empreendimentos Imobiliários S/A (“Companhia” ou “CR2”) referente às matérias constantes da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Companhia (“Assembleia” ou “AGO”), a ser realizada no dia 29 de abril de 2022, às 16:00h, sob a forma exclusivamente presencial, nos termos do artigo 4º, §2º, inciso I, e artigo 2º 1-1-1-2º e 3º, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 481, de 17 de dezembro de 2009 (“ICVM 481”), no endereço da sede social da Companhia, na Av. Afonso de Melo Franco, 222 – Sala 151, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, conforme consta nos termos do Edital de Convocação publicado nesta data.

Destacamos que o presente documento poderá ser atualizado caso haja qualquer complementação ou modificação nas informações aqui contidas. As atualizações serão sempre devidamente divulgadas por meio de Comunicado ao Mercado a ser disponibilizado no site da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), via sistema Empresas.Net.

- 1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração e as demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2021**

A Administração da Companhia propõe aos seus acionistas que, após a devida análise, aprovem, sem ressalvas, as contas dos administradores, o relatório da administração e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, conforme divulgados em 29 de março de 2022 nos *websites* da CVM e da B3 S.A. – Brasil Bolsa e Balcão (“B3”), através do Sistema Empresas.net e publicados em 30 de março de 2022 no jornal Valor Econômico RJ (“Demonstrações Financeiras”)

Nos termos do inciso V do art. 142 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”), as contas dos administradores, o relatório da administração e as Demonstrações Financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 29 de março de 2022.

As Demonstrações Financeiras e correspondentes notas explicativas relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 foram elaboradas de acordo com a Lei das S.A., com os pronunciamentos contábeis do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pela CVM e pelas demais normas da CVM, e devidamente auditadas pela Grant Thornton Auditores Independentes, auditoria independente registrada na CVM, que emitiu relatório sem ressalvas.

O relatório da administração da Companhia a respeito dos negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo em 2021 está disponível no Sistema Empresas.NET da CVM, categoria “Dados Econômico-Financeiros”, juntamente com as Demonstrações Financeiras e parecer dos auditores independentes.

Os comentários dos diretores sobre a situação financeira da Companhia, na forma do item 10 do Formulário de Referência anexo à ICVM 481, encontram-se disponíveis na forma do Anexo I à presente proposta.

Tendo em vista que a Companhia apurou prejuízo no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, não estão sendo apresentadas as informações referentes à destinação do resultado do exercício, conforme decisão do Colegiado da CVM de 27 setembro de 2011, no âmbito do Processo CVM número RJ2010-14687.

Sendo assim, a Administração propõe aos acionistas que o resultado negativo registrado no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 seja destinado à conta de prejuízos acumulados da Companhia, não havendo, conseqüentemente, distribuição de dividendos aos acionistas.

Fixar o número de membros do Conselho de Administração

Considerando que o artigo 11 do Estatuto Social da Companhia estabelece que o Conselho de Administração será composto de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 9 (nove) membros, a Administração propõe a definição do número de membros do Conselho de Administração em 4 (quatro) membros efetivos.

Caso os acionistas minoritários exerçam seu direito de eleger representante em votação em separado, nos termos do art. 141, § 4º, da Lei das S.A., o número de conselheiros do Conselho de Administração poderá aumentar em até 1 (um) membro.

Eleger e/ou reconduzir os membros que comporão o Conselho de Administração, commandato até a assembleia geral ordinária da Companhia de 2023

Para as 4 (quatro) vagas propostas, a Administração propõe a reeleição dos Srs. Alexandre Pereira Coelho e Rogério Furtado Moreira, membros atuais do Conselho de Administração, além dos srs. Walter Longo e Roberto de Souza para composição da chapa única, os quais, se eleitos, cumprirão mandato até a Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas referentes ao exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2022.

As informações relativas aos candidatos indicados encontram-se detalhadas no Anexo II à presente proposta, nos termos do art. 10 da ICVM 481. A Administração entende que o perfil dos candidatos atende aos requisitos previstos no Estatuto Social e políticas internas da Companhia.

De acordo com a Lei das S.A., a eleição de membros do Conselho de Administração poderá ser realizada por votação majoritária ou mediante processo de voto múltiplo e,

ainda, nos termos da referida lei, os acionistas não controladores poderão eleger membros para o Conselho de Administração por meio do mecanismo de eleição em separado, conforme previstos no artigo 141, §4º da Lei das S.A.

Dessa forma, os processos de votação possíveis são detalhados a seguir.

Votação majoritária

Como regra, a eleição do Conselho de Administração é realizada por votação majoritária, na qual cada ação ordinária confere 1 (um) voto a seu titular. Nessa hipótese, a eleição dos membros do Conselho de Administração poderá ser votada individualmente, considerando-se cada um dos candidatos isoladamente, ou por chapas de candidatos.

Para que um candidato ou determinada chapa, conforme o caso, seja considerado eleito, é preciso a maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco, na forma do artigo 129 da Lei das S.A.

Voto múltiplo

Nos termos do artigo 141 da Lei das S.A. e da Instrução CVM nº 165, de 11 de dezembro de 1991 (“ICVM 165”), com redação dada pela Instrução CVM nº 282, de 26 de junho de 1998 (“ICVM 282”), o acionista ou o conjunto de acionistas representando, no mínimo, 5% (cinco por cento) do capital social com direito a voto, pode requerer a adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração.

Trata-se de procedimento de eleição por meio do qual se atribui a cada ação tantos votos quantas sejam as vagas a preencher no Conselho de Administração, sendo reconhecido ao acionista o direito de cumular os votos num só candidato ou distribuí-los entre vários.

A requisição do voto múltiplo deve ser feita por notificação escrita, entregue à Companhia em até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da AGO, conforme previsto na Lei das S.A. Uma vez recebido o requerimento de voto múltiplo pelo acionista ou conjunto de acionistas representando o percentual de, pelo menos, 5% (cinco por cento) do capital social, a Companhia, em conformidade com a legislação aplicável, divulgará um “Aviso aos

Acionistas” informando a respeito da realização da eleição dos membros do Conselho de Administração por meio do processo de voto múltiplo, conforme solicitado pelos acionistas da Companhia.

Ressalta-se que, caso haja o pedido de adoção do processo de voto múltiplo, a principal variável do procedimento consiste na presença dos acionistas na AGO. Assim, embora a Administração proponha a eleição de 4 (quatro) membros efetivos para composição do Conselho de Administração, dependendo da presença dos acionistas e do número de candidatos indicados, a Assembleia poderá fixar número maior de conselheiros de administração efetivos.

Votação em Separado

Caso os acionistas minoritários exerçam seu direito de eleger representante em separado, conforme previsto no artigo 141, §4º da Lei das S.A., o número de conselheiros do Conselho de Administração poderá aumentar em até 1 (um) membro.

Fixar a remuneração global dos administradores para o exercício de 2021

A Administração da Companhia propõe que seja aprovada, nos termos do art. 12 da ICVM 481, a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria no montante de até R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), a qual vigorará desde a data da AGO até a data da Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras do exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2022. Tal valor é idêntico ao montante aprovado nas Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias de 2021 e de 2020, apesar de ter sido muito menor efetivamente.

Cumprir destacar que não há metodologia específica de cálculo para a remuneração fixa dos Administradores e que a metodologia de reajuste proposta pela Administração anualmente para o salário base tem sido a atualização de acordo com o percentual de variação do IPCA nos 12 (doze) meses anteriores, podendo ser revista marginalmente, à critério do Conselho de Administração da Companhia. No que tange à remuneração variável, como depende dos resultados da Companhia, o desempenho de cada um dos membros da Diretoria e do cumprimento das metas definidas para as suas respectivas

equipes, não há metodologia de cálculo ou reajuste definida, sendo certo que a Companhia procura mantê-la alinhada com os valores praticados no mercado.

Informamos, ainda, que, a remuneração global aprovada na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária do ano de 2021 (R\$ 5.000.000,00) foi superior aos valores efetivamente despendidos pela Companhia, conforme identificados no quadro abaixo:

Remuneração Global Efetiva (AGOE 2021 até AGO 2022)	
Remuneração Fixa	
Pro-labore	R\$ 1.496.413,46
Benefícios	R\$ 44.312,12
INSS pago pela Companhia	R\$ 68.728,94
Remuneração Variável	
Bônus	R\$ 0,00
INSS pago pela Companhia	R\$ 0,00
Remuneração Baseada em Ações	
Despesas com o Plano de Opção de Compra de Ações	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 1.609.454,51

Cumprе salientar que o valor da remuneração global aprovada em Assembleia representa um limite que não poderá ser ultrapassado e não uma estimativa. Nesse sentido, a principal variação entre o aprovado e o efetivamente utilizado é referente à remuneração variável, cujo pagamento depende essencialmente do resultado da Companhia no exercício anterior.

Cabe, ainda, destacar que, por não representar uma estimativa do gasto com a remuneração da Administração, mas sim um limite, tal valor difere da estimativa de gastos apresentada no item 13 do Formulário de Referência, além de se referirem a períodos distintos – interregno entre uma AGO e a AGO do ano seguinte (valores da Proposta da Administração) e um exercício social (Formulário de Referência).

Por fim, lembramos que, de acordo com o artigo 16, alínea “I” do Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da remuneração global individualmente entre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria.

Nos termos do artigo 12 da ICVM 481, as informações necessárias para a análise da proposta da remuneração dos administradores (informações constantes do item 13 do Formulário de Referência anexo à ICVM 480) encontram-se detalhadas no Anexo III à presente proposta.

Rio de Janeiro/RJ, 29 de março de 2022.

CR2 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.

Administração

ANEXO I
COMENTÁRIOS DOS DIRETORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA
DA COMPANHIA, NOS TERMOS DO ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE
REFERÊNCIA

10.1 Comentários dos Diretores da Companhia sobre:

condições financeiras e patrimoniais gerais

A Administração entende que a Companhia possui plena capacidade de honrar todas as suas obrigações tanto de curto quanto de longo prazo conforme evidenciado no quadro de índices de liquidez abaixo.

ÍNDICE / ANO	2021	2020	2019
Liquidez Geral	7,16	8,74	10,97
Liquidez Corrente	7,14	2,89	9,43
Liquidez Seca	1,74	2,71	8,72

A dívida corporativa da Companhia foi zerada em 2015 e tem se mantido zerada ao longo dos anos, após a decisão da administração da Companhia ter suspenso novos lançamentos imobiliários, focando seus esforços na monetização de seus ativos. A partir de 2022, com a nova administração, a cia deverá voltar a exercer a sua atividade principal e retomar os lançamentos.

Em relação aos índices de endividamento, a Companhia apresenta um grau de endividamento junto a terceiros bastante saudável. A liquidez geral, que indica se os ativos da Companhia são suficientes para suportar os passivos frente a terceiros indica que nossos ativos suportam mais de 7 vezes nossas obrigações com terceiros.

Nossa Liquidez Corrente que indica a capacidade da Companhia de arcar com seus passivos de curto prazo, é praticamente a mesma que a Liquidez Geral e está em 7,14.

Por fim, nossa Liquidez Seca, que indica a capacidade da Companhia arcar com seus passivos de curto prazo, excluindo-se os estoques do ativo circulante, ou seja, considera a capacidade de pagamento utilizando-se somente os ativos mais líquidos da Companhia,

está em 1,74, ainda em situação confortável, que deverá apresentar melhorar com o início das nossas atividades.

Atualmente, o passivo da Cia representa o equivalente a 13% do capital atribuído aos sócios.

Conforme citado anteriormente, a Companhia não possui dívida corporativa, motivo pelo qual os quadros explicitando o endividamento não estão sendo apresentados.

Ao final do ano de 2021, o patrimônio líquido consolidado da Companhia totalizava R\$ 100,2 milhões, correspondendo a uma redução de 7% (sete por cento) quando comparado aos R\$ 107 milhões de 2020 e 36% (trinta e seis por cento) vs os R\$ 158 milhões de patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2019. Tal redução se deu principalmente em função dos pagamentos de redução de capital realizados no ano de 2020 e que totalizaram R\$ 35 milhões.

Em 31 de dezembro de 2021, o Ativo consolidado apresentava uma posição de caixa e equivalentes de caixa de R\$ 14,3 milhões sem nenhum valor caucionado, com um caixa líquido positivo em R\$ 14,3 milhões (dívida líquida negativa).

No final do ano de 2020, o Ativo consolidado apresentava R\$ 17,5 milhões de Caixa, um pouco acima de 2021, mas como já falamos acima, 2021 foi o último ano pré operacional da cia.

No fim do ano de 2019, o Ativo consolidado tinha uma posição de caixa e equivalentes a caixa de R\$ 61,2 milhões e foi diminuído pelas reduções de capital já citadas no document e que faziam parte da estratégia da antiga administração

O estoque disponível da Companhia atualmente é de R\$ 10,9 milhões, composto principalmente por unidades comerciais do empreendimento Link Office & Mall, e Land Bank de R\$ 80 milhões.

Em 2021 foi feita uma alteração relevante em seu quadro acionário e a eleição de novos membros para o Conselho de Administração que contrataram estudos de renomadas instituições e elegeram uma nova Diretoria Estatutária, que voltará a focar no desenvolvimento de novos projetos.

Ressaltamos que o esforço para a monetização dos ativos continua buscando a liquidação dos estoques disponíveis, atualmente concentrados no empreendimento Link Office & Mall, onde recebemos um total de 40 unidades, em dação de pagamento, após a extinção do condomínio das unidades sobre a qual possuíamos uma permuta de 40%.

A Companhia também estuda novas estratégias para seu *land bank* e a celebração de novos acordos que venham a trazer benefícios econômicos, aliados à redução da carteira de processos judiciais e encerramento de SPE's cujos propósitos já tenham sido cumpridos.

Entendemos que o fluxo de caixa será gerado de forma positiva e suficiente para a consecução das atividades da Companhia, em consonância com os novos objetivos traçados pela Diretoria e Conselho.

estrutura de capital

Entendemos que a nossa atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação dívida líquida sobre patrimônio líquido, apresenta hoje níveis confortáveis, apesar de não necessariamente eficientes. Hoje, a Cia não possui nenhuma dívida.

A tabela abaixo apresenta a evolução de nossa estrutura de capital nos períodos indicados:

	2021	2020	2019
Debêntures	0	0	0
Empréstimos de Capital de Giro	0	0	0
Empréstimos SFH	0	0	0
Caixa	14.260	17.484	61.231
Dívida Líquida (ex-SFH)	0	0	0
Dívida Líquida (incluindo SFH)	0	0	0
Patrimônio Líquido	100.242	107.203	157.676
Dívida Líquida (ex-SFH) / PL	-	-	-
Dívida Líquida (incluindo SFH) / PL	-	-	-

Não há hipóteses de resgate de ações de nossa emissão além das legalmente previstas.

capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

No exercício social de 2021, fechamos com caixa líquido total de R\$ 14,2 milhões, em um nível bastante confortável e o Patrimônio Consolidado encerrou o ano em R\$ 100 milhões. Nos anos anteriores, também não possuíamos nenhuma dívida e o Caixa foi de R\$ 17,5 milhões e R\$ 61,2 milhões, respectivamente.

fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas pela Companhia

Buscamos constantemente adequar a nossa estrutura de capital a um nível de endividamento compatível com nosso patrimônio. Na modalidade de empréstimos SFH, voltados para o financiamento da construção, a dívida se mantém zerada desde 2015, bem como as linhas de Debêntures, desde 2016.

Com a retomada dos projetos em 2022, devemos contratar linhas de financiamentos a produção e também linhas corporativas para sustentar o nosso crescimento.

Durante o ano de 2019, conseguimos uma geração positiva de caixa, aumentando nosso caixa líquido em R\$ 34 milhões, mantendo a dívida bruta zerada. Em 2020, a Companhia efetuou o pagamento de uma restituição de capital a seus acionistas de R\$ 35 milhões, após a antecipação dos recebíveis relativos à venda do terreno do Parque das Águas, no fim do ano de 2019.

Salientamos que não há comparabilidade entre a atual Cia (com a nova administração) e a que possuía administradores anteriores.

fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que a Companhia pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia pode utilizar-se de financiamentos disponíveis junto ao Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e outras linhas de empréstimo com instituições

financeiras, fundos ou outros agentes financeiros para captação de recursos para investimento em ativos não-circulantes.

Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda: (i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas; (iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Não se aplica. A Dívida Corporativa da Companhia se encontra zerada desde o fim de 2015.

limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Não se aplica. A Companhia não possui qualquer tipo de financiamento contratado.

alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Receita líquida de vendas

A receita líquida de vendas no ano de 2021 foi de R\$ 4,9 milhões mais que dobrando os R\$ 2,0 milhões de 2020

Em 2019, ano em que foi concluída a venda do terreno do Parque das Águas por aproximadamente R\$ 30 milhões não ha comparabilidade, pelos motivos já explicados acima

Lucro Bruto

Ao final de 2021, a Companhia apresentou um Lucro Bruto de R\$ 880 mil 2020, vs um prejuízo bruto de R\$ 542 mil em 2020 e R\$ 1,3 milhão em 2019

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas subiram aproximadamente 4%, atingindo R\$ 8,8 milhões em 2021 vs R\$ 8.5 milhões em 2020 e R\$ 8,7 milhões em 2019

Apesar do valor ligeiramente superior em 2021, a Cia acredita que na abertura mais detalhada das despesas, houve um enorme ganho de eficiência, uma vez que 2021 foi um ano muito focado em planejamento para colocarnos de voltar ao nível operacional. Isso se traduziu em rescisões (e respectivos custos) de antigos colaboradores e consultorias para nos ajudar a planejar adequadamente o futuro.

Despesas com Vendas

As despesas com vendas nao apresentaram nenhum valor no ano de 2021. As despesas de corretagem são de responsabilidade do comprador das unidades e portanto pagas diretamente ao corretor quando for o caso. Em 2020, as despesas com vendas somaram R\$ 1,5 milhão, mas esse valor está inflado devido ao pagamento de corretagem referente à venda do terreno do Parque das Águas para a MRV.

Em 2019 o valor foi de R\$ 249 mil. O baixo valor reflete a estratégia na época de não lançar projetos e portanto manter o mínimo estoque possível

Outras Receitas/Despesas Operacionais

Em 2021 não observamos nenhum valor na conta de Outras Receitas / Despesas Operacionais vs. R\$ 0,98 milhão em 2020 e R\$ 1,4 milhão de despesa operacional em 2019.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro finalizou o ano de 2021 em R\$ 701 mil positivo, vs R\$ 1,2 milhão positivo em 2020 e uma despesa financeira negative de R\$ 2,4 milhões em 2019.

Lucro líquido

O prejuízo líquido em 2020 foi de R\$ 6,9 milhões, menos de metade dos R\$ 15,4 milhões em 2020 e 30% menor do que o prejuízo de 9,9 milhões auferidos em 2019.

Acreditamos que mesmo em fase pré operacional, esse resultado já mostra os primeiros esforços da nova administração em colocar a Cia de novo no rumo da lucratividade.

Ativo Consolidado

Ativo (R\$ Mil)	2021	2020	2019
Ativo Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	14.260	17.484	61.231
Clientes Incorporação e Venda de Imóveis	3.526	4.483	2.672
Contas a Receber de Terceiros	437	521	310
Imóveis a Comercializar	122	1.655	5.426
Adiantamentos	3	3	0
Impostos e Contribuições a Compensar	965	889	791
Outros	1.472	1.428	1.458
Total do Ativo Circulante	20.785	26.463	71.888
Ativo não circulante			
Clientes por Incorporação e Venda de Imóveis	3.119	1.070	13.336
Contas a receber de Terceiros	74	311	510
Imóveis a Comercializar	87.825	86.839	79.896
Outros ativos	4.416	4.746	4.840
Investimentos	0	1.620	2.993
Imobilizado	171	20	26
Diferido		0	0
Intangível	110	0	0
Total do ativo não circulante	95.715	94.606	101.601
Ativo Total	116.500	121.069	173.489

Disponibilidades e Aplicações Financeiras

As nossas disponibilidades e aplicações financeiras tiveram uma redução de 18% (dezoito por cento) em relação ao exercício de 2020, passando de R\$ 17.484 em 2020 para R\$ 14.260 mil ao final do exercício de 2021

Em 2019, o valor das disponibilidades e aplicações era de R\$ 61.231 mil. Comparando 2020 e 2019, a redução de capital de R\$ 35 milhões já explicada acima é o principal motivador para a baixa no caixa

Cientes por Incorporação e Venda de Imóveis

O saldo de clientes por incorporação e venda de imóveis aumentou 20% (vinte por cento) em relação ao exercício de 2020, encerrando em R\$ 6.645 mil em 2021 vs R\$ 5.531 mil em 2020.

Em 2019, o valor era de R\$ 16.008. A redução de 2020 vs 2019 é explicada pela extinção do condomínio das unidades do Link Office & Mall, sobre o qual detínhamos uma permuta financeira de 40%, os valores dos recebíveis foram baixados em contrapartida ao recebimento de 40 unidades em dação de pagamento, gerando o impacto observado na conta.

Contas a receber de Terceiros

O saldo de contas a receber de terceiros caiu de R\$ 832 mil em 2020 para R\$ 376 mil em 2021. Em 2019, o saldo da conta era de R\$ 820 mil

Apesar da queda ser grande percentualmente, os valores não são significantes no balanço da Cia

Imóveis a comercializar

O saldo de imóveis a comercializar sofreu uma redução de 4% (quatro por cento) em comparação ao saldo do fim de 2020, passando de R\$ 88.494 mil para R\$ 84.350 ao final de 2021.

Em 2019 o valor era de R\$ 85.322

Na abertura temos R\$ 17,9 milhões em unidades concluídas, R\$ 80,3 milhões em terrenos e uma provisão ao valor recuperável do ativo de R\$ (6,9) milhões.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, houve um montante de R\$ 378 mil na Provisão por desvalorização de ativos e uma baixa definitiva de R\$ 2.009, decorrente de vendas realizadas no período.

Não foram identificados indicativos de impairment para o terreno “Cidade Paradiso”, baseado tanto em perspectivas de mercado como em laudo de avaliação de empresa técnica especializada, que atestou uma valorização de mais de 20% em relação ao ano anterior, mas que não pode ser contabilizada de acordo com as regras contábeis vigentes.

Passivo Consolidado e Patrimônio Líquido

Passivo e Patrimônio Líquido (R\$ Mil)	2021	2020	2019
Passivo Circulante			
Adiantamentos de clientes	309	488	602
IR e Contribuição Social Diferidos	163	479	158
Provisões Tributárias	4.634	4.840	3.249
Passivos contingentes	3.618	1.676	735
Contas a Pagar	1.113	1.626	2.819
Cessão de Créditos Imobiliários	9	28	38
Dividendos a Pagar		0	0
Redução de Capital	28	28	25
Outros Passivos	0	0	6
Total do Passivo Circulante	9.874	9.165	7.626
Passivo não circulante			
Contas a pagar - terceiros	4.001	1.044	1.044
IR e Contribuição Social Diferidos	146	115	791
Passivos contingentes	1.447	3.497	6.298
Cessão de Créditos Imobiliários	0	18	47
Adiantamento Futuro para Aumento de Capital	576	0	0
Mutuos a pagar			
Total do passivo não circulante	6.170	4.674	8.186
Patrimônio Líquido			
Capital Social	122.649	122.649	166.991
Reservas de Capital	0	0	0
Lucros (Prejuízos) Acumulados	-22.434	-15.452	-9.341
Outros resultados abrangentes	27	27	27
Patrimônio Líquido Controladora	100.242	107.224	157.677

Financiamento à Construção

O saldo de financiamento SFH foi liquidado em 2015.

Empréstimos Bancários

Os empréstimos bancários de capital de giro foram liquidados em 2015.

Patrimônio Líquido Consolidado

Ao fim do exercício de 2021, o patrimônio líquido sofreu uma redução de 6,5% (seis e meio por cento) em relação a 2020, passando de R\$ 107.230 mil para R\$ 100.242 mil em 2020. No final de 2019, o valor foi de R\$ 157.677 mil. A diminuição abrupta em 2020 foi fortemente impactada pelas restituições de capital pagas aos acionistas que totalizaram R\$ 35 milhões durante aquele ano.

Fluxo de Caixa

Fluxo de Caixa (R\$ mil)	2021	2020	2019
Lucro/Prejuízo antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	-6.901	-13.448	-8.569
Ajustes para conciliação do resultado às disponibilidades geradas	-641	4.264	-1.374
Variação dos Ativos	2.747	1.962	43.060
Clientes por incorporação e venda de imóveis	-416	-490	4.823
Contas a receber de terceiros	343	302	327
Imóveis a comercializar	2.610	2.189	35.779
Outros	210	-39	2.131
Variação dos Passivos	-307	-1.490	1.269
Caixa Líquido Proveniente das Operações	-5.102	-8.712	34.386
Caixa líquido das atividades de Investimentos	1913	0	-396
Cessão de créditos imobiliários	-35	-37	-31
Atividades de Financiamento com Acionistas	-35	-35.035	-170
Participações de não controladores	0	0	39
Outros	0	-35.035	-209
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	-3.224	-43.784	33.197

Atividades Operacionais

O caixa líquido proveniente das operações totalizou R\$ (5.102) mil em 2021, em comparação R\$ (8.712) mil em 2020 e a R\$ 34.386 mil em 2019. O resultado negativo apresentado em 2021 foi mais de 40% melhor do que em 2020, principalmente pela diminuição do prejuízo líquido do ano, fruto de uma melhor receita e de um controle de despesas, como já explicado acima

Atividades de Investimento

O Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento foi de 1.913 em 2021, vs um

número zerado em 2020 R\$ (396) negativos em 2019. A diferença basicamente se deu pela aquisição de novos terrenos para re-iniciarmos os lançamentos.

Atividades de Financiamento

Em 2021, o Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento ficou basicamente zerado vs R\$ (35.035) mil no ano anterior, devido a redução de capital já explicada. Em 2019, este montante foi de R\$ (209) mil, além de uma participação de 39 mil de não controladores.

Liquidez e Recursos de Capital

Conforme divulgado nos últimos anos pela Companhia, desde 2015 a administração anterior adotou a estratégia de não efetuar mais lançamentos em face da grave crise econômica que o país atravessava, focando em monetizar seus ativos e tendo finalizado todas as obras de seus empreendimentos.

Como informado acima, a partir de 2021, com uma nova administração, o plano foi revisto e a Cia decidiu mudar a sua estratégia completamente, focando na operação e na rentabilidade

Ao observar ano a ano, o caixa da Companhia tem se mantido historicamente num patamar perto de R\$ 15 milhões, sendo suficiente para saldar todas as dívidas com terceiros, conforme os índices de liquidez destacados acima no documento.

Capacidade de Pagamento

Administramos diligentemente a relação entre nossos ativos e passivos, e estamos em dia quanto aos

prazos e taxas. Adicionalmente possuímos um caixa confortável, acima dos R\$ 14 milhões, além de nossa dívida corporativa estar zerada desde 2016 e índices de liquidez indicando bastante solidez.

Fontes e Uso de Recursos

A antiga administração da Companhia vinha focando seus esforços na monetização dos ativos, não tendo nenhuma informação relevante a divulgar acerca das fontes e usos de recursos, uma vez que desde 2015 paralisou seus lançamentos.

Com a nova administração, a Cia buscará recursos no mercado através de instrumentos financeiros por projeto ou corporativo.

Comentários dos Diretores da Companhia sobre:

resultados das nossas operações, em especial:

descrição de quaisquer componentes importantes da nossa receita

Ao longo dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019, 2020 e 2021, nossas receitas decorreram principalmente das atividades de estoques remanescentes, sejam eles de unidades de imóveis ou terrenos, principalmente por meio de SPE's, cujos resultados reconheceremos na proporção de nossas respectivas participações.

Nos respectivos anos, nossas unidades vendidas foram após a conclusão de sua respectiva construção e ou antes do lançamento do projeto (caso dos terrenos) Quando uma venda ocorre após a conclusão da construção de um empreendimento, reconhecemos a receita quando o contrato de compromisso de compra e venda é assinado. Por outro lado, quando ocorre antes da conclusão da construção de um empreendimento, reconheceremos a receita ao longo do tempo necessário para a conclusão da construção, usando o critério de custos incorridos em relação ao custo total orçado, desde que o projeto tenha sido lançado. Se o objeto vendido for o terreno pré incorporação, o reconhecimento é feito totalmente no momento da assinatura final do contrato de compra e venda.

fatores que afetaram materialmente os nossos resultados operacionais

O principal fator que afetou os resultados dos últimos anos foi a estratégia dos antigos administradores de não fazer lançamentos desde 2014 e focar exclusivamente na monetização dos ativos da companhia.

Encontramos também um cenário macroeconomico mais desafiador para algumas áreas do setor imobiliário, notadamente imóveis comerciais, principalmente devido a pandemia de Covid que mudou completamente a forma de trabalho da população

Por fim, as alterações ocorridas no quadro societário e na administração da Companhia visam o retorno da geração de valor com o desenvolvimento de projetos, com uma equipe liderada por executivos com ampla experiência de mercado

variações das nossas receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Nossas receitas ao longo dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021 foram impactadas pela variação do IGP-M, o qual figura como indexador da carteira de recebíveis de unidades entregues, acrescido de 12% (doze por cento) de juros a.a. Em 2018 e 2019, nossas receitas também estavam associadas, principalmente, ao IGP-M, uma vez que todas as unidades já estavam concluídas.

impacto da inflação, da variação de preços dos nossos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no nosso resultado operacional e financeiro

Somos expostos aos seguintes índices: (i) INCC-DI, devido ao fato de nossa carteira de recebíveis estar atrelada a este índice durante a fase de construção, (ii) IGP-M, devido ao fato de nossa carteira de recebíveis estar atrelada a este índice no pós-chaves, e (iii) CDI, devido ao fato de parcela substancial das aplicações financeiras da Companhia estarem atrelados ao CDI.

Nos últimos anos, o INCC-DI não teve papel nos nossos produtos, pois as obras já estavam terminadas.

Como a Companhia não possui dívidas ou valores a receber denominados ou atrelados à moeda estrangeira, as taxas de câmbio não influenciam diretamente em nossos resultados ao longo dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019, 2020 e 2021, sendo desnecessários cuidados e precauções não ordinários nesse sentido.

Comentários dos Diretores da Companhia acerca dos efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados:

Da introdução ou alienação de segmento operacional

A Companhia tem a flexibilidade para atuar em todos os segmentos de renda do mercado imobiliário residencial e comercial nacional. Neste sentido, possuímos uma plataforma de negócios adequada para a execução de seus planos futuros, não havendo, no presente momento, expectativa de introdução ou alienação futura de segmento operacional. da constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Ao longo dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019, 2020 e 2021, houve aquisição ou alienação de participação societária e todas elas constam nas demonstrações financeiras dos respectivos períodos.

Dos eventos ou operações não usuais

Não ocorreram eventos ou operações não usuais.

Comentários dos Diretores da Companhia sobre:

mudanças significativas nas práticas contábeis

Não há nenhuma nova norma ou alteração, válida para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2021 ou após essa data, que afete materialmente as demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenha sido emitida, mas ainda não esteja vigente.

Novos pronunciamentos emitidos e ainda não adotados

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A

Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

- Contratos onerosos (alterações ao CPC 25 - IAS 37)
- Imobilizado - receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27 - IAS 16)
- Referências à estrutura conceitual (alterações ao CPC 15 - IFRS 3)
- Melhorias anuais para normas IFRS - 2018-2020 (alterações à IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41)
- Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao CPC 26 - IAS 1 e CPC 23 - IAS 8)
- Definição de estimativa contábil (CPC 23 - IAS 8)
- Contratos de seguros (CPC 50 - IFRS 17)
- Divulgação de políticas contábeis (alterações ao IAS 1 e IFRS demonstração prática 2)
- Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture (alterações ao CPC 36 - IFRS 10 e CPC 18 - IAS 28)
 - Impostos diferidos relativos a ativos e passivos que surgem de uma única transação (alterações ao CPC 32 – IAS 12)

efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve efeitos significativos nos exercícios sociais de 2019, 2020 e 2021.

ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Ressalvas:

Não houve ressalvas presentes no parecer do auditor nos exercícios sociais de 2019, 2020 e 2021

Ênfases presentes no parecer do auditor:

O parecer dos auditores sobre as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 apontou ênfase sobre a política contábil adotada pela Companhia para o reconhecimento de receita nos contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída, sobre os aspectos relacionados à transferência de controle, não havendo ressalvas uma vez que seguem o entendimento manifestado pela CVM no Ofício Circular /CVM/SNC/SEP no 02/2018.

Os principais assuntos abordados pela auditoria foram:

Redução ao valor recuperável dos estoques e propriedade para investimentos – o

Conforme descrito nas Notas explicativas 6 e 10.2 das DF's do período findo em dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas realizam testes anuais de redução ao valor recuperável dos imóveis, terrenos e propriedade para investimentos, considerando os valores líquidos de realização mediante estudos realizados internamente e baseados em laudos realizados por peritos independentes. Esse assunto foi, novamente, considerado significativo, tendo em vista que envolve julgamentos subjetivos da Administração no uso de premissas e estimativas como o valor líquido de realização médio de imóveis similares aos da Companhia. As premissas e estimativas realizadas internamente, apoiadas pelos laudos elaborados por peritos independentes, foram consideradas satisfatórias pela auditoria, motivo pelo qual a Companhia acredita que as informações referentes a esse assunto reflitam da melhor forma a realidade.

Provisão de perdas esperadas –

Conforme descrito na Nota explicativa 4, na rubrica “Contas a receber” das DF's do período findo em dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas mantém provisão para perdas esperadas no valor de R\$ 5.691 mil em 31 de dezembro de 2021. A provisão de perda esperada envolve a aplicação de metodologia e premissas desenvolvidas pela administração que avaliam a situação financeira do devedor, os valores possíveis de recuperação e a realização de garantias. Tendo em vista que a constituição dessa provisão para perdas esperadas envolve subjetividade de julgamento e que, podem trazer impactos significativos na elaboração das demonstrações contábeis, uma vez que que na determinação das premissas utilizadas pela administração da Companhia estão inseridas projeções específicas que apresentam um também certo grau de incerteza, esse tema foi, novamente, considerado

como significativo.

Os procedimentos e as evidências obtidas pela auditoria consideraram adequadas as premissas e metodologia utilizadas pela Administração na constituição da provisão para perdas esperadas e respectivas divulgações no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Demonstração do Valor Adicionado –

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. A auditoria avaliou se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

A opinião final da auditoria foi que essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Comentários dos Diretores da Companhia acerca das políticas contábeis críticas adotadas explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não- circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros:

A administração da Companhia entende que os princípios contábeis críticos adotados impactam a análise e o entendimento das demonstrações financeiras, pois muitas vezes trata-se de temas que exigem julgamentos e estimativas subjetivas, e algumas vezes

incertas.

Identificamos abaixo as principais práticas contábeis críticas que impactam na gestão dos negócios da Companhia:

- Estimativa de perdas na realização de contas a receber, principalmente devido a situação econômica do país;
- definição de valor de nosso Land Bank para avaliação do valor recuperável do ativo (impairment);
- Estimativa de prazo para conclusão de causas judiciais e determinação do valor a ser provisionado para perdas em demandas cíveis, trabalhistas e tributárias;
- Revisão do custo de obras a incorrer afetando o custo total apropriado devido a incerteza de inflação no ciclo do empreendimento;
- Estimativa dos gastos com manutenção e garantia de imóveis para definir o valor provisionado;
- cálculo na apuração dos impostos correntes e diferidos (PIS, COFINS, IRPJ e CSLL), em função da adoção de três regimes tributários diferentes na Companhia e suas controladas (lucro real, presumido e RET).

Comentários dos Diretores da Companhia sobre os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras:

os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como: (i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; (ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos;

Não detemos ativos ou passivos, direta ou indiretamente, que não estejam evidenciados em nosso balanço patrimonial.

contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; (iv) contratos de construção não terminada; e (v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não detemos ativos ou passivos, direta ou indiretamente, que não estejam evidenciados em nosso balanço patrimonial.

Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não existem itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6 Os Diretores da Companhia devem comentar:

Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia;

Em relação a este item 10.7, esclarecemos que não detemos ativos ou passivos, direta ou indiretamente, que não estejam evidenciados em nossas demonstrações financeiras.

Natureza e o propósito da operação;

Em relação a este item 10.7, esclarecemos que não detemos ativos ou passivos, direta ou indiretamente, que não estejam evidenciados em nossas demonstrações financeiras.

Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação;

Em relação a este item 10.7, esclarecemos que não detemos ativos ou passivos, direta ou indiretamente, que não estejam evidenciados em nossas demonstrações financeiras.

Os Diretores da Companhia devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios da Companhia, explorando especificamente os seguintes tópicos:

investimentos, incluindo: (i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos; (ii) fontes de financiamento dos

investimentos; e (iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

A Companhia, desde o IPO, lançou e entregou projetos onde a sua participação totalizou um valor geral de vendas de aproximadamente R\$ 1.137.000 mil, sendo 40% voltado para média renda e 60% para o setor econômico, e com 82% do VGV lançado no RJ e 18% em SP.

Em 2021, após uma alteração relevante em seu quadro acionário e a eleição de novos membros para o Conselho de Administração e Diretoria Estatutária, a Companhia volta a buscar o desenvolvimento de projetos que gerem valor para a Companhia, seus acionistas e sociedade, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico do país.

A Companhia contou, para o desenvolvimento e entrega dos projetos, com os recursos provenientes do IPO, captações já mencionadas de dívidas corporativas e linhas decorrentes do Sistema Financeiro de Habitação (SFH). Desde o final do exercício de 2016, a Companhia não possui dívidas corporativas e/ou com terceiros, mantendo assim, uma estrutura de capital sem empréstimos e financiamentos externos.

Não há desinvestimentos relevantes em andamento e não há planejamento de desinvestimentos.

desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente nossa capacidade produtiva

Não aplicável.

novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; e (iv) montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Não aplicável.

Comentários dos Diretores da Companhia sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não temos conhecimento sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o nosso desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção e deste formulário.

ANEXO II

INFORMAÇÕES RELACIONADAS À PROPOSTA DE ELEIÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, NOS TERMOS DOS ITENS 12.05 A 12.10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

12.5 Informações sobre os Conselheiros

Nome	Data de Nascimento	Profissão	CPF	Candidato eletivo ocupado	Data prevista para eleição	Data prevista para posse	Prazo do Mandato	Outros cargos exercidos no emissor	Indicado pelo controlador	Membro Independente e, caso positivo, critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos
Alexandre Pereira Coelho	22/08/1990	Administrador	121.735.367- 45	Membro do C.A.	29/04/2022	29/04/2022	AGO/2023	Não exerce.	Não. Companhia não tem acionista controlador.	Não aplicável.	2
Walter Roberto de Oliveira Longo	12/02/1951	Administrador	121.735.367- 45	Membro do C.A.	29/04/2022	29/04/2022	AGO/2023	Não exerce.	Não. Companhia não tem acionista controlador.	Não aplicável.	1
Roberto de Souza	19/12/1949	Engenheiro	694.892.468- 41	Membro do C.A.	29/04/2022	29/04/2022	AGO/2023	Não exerce.	Não. Companhia não tem acionista controlador.	Não aplicável.	1
Rogério Furtado Moreira	29/03/1964	Engenheiro	769.987.207- 00	Membro do C.A.	29/04/2022	29/04/2022	AGO/2023	Não exerce.	Não. Companhia não tem acionista controlador.	Não aplicável.	2

12.5 (m). Principais experiências profissionais dos candidatos durante os últimos 5 anos, indicando:

nome e setor de atividade da empresa, cargo, se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor; e indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Alexandre Pereira Coelho

Alexandre Pereira Coelho é graduado em administração pela PUC-Rio. Executivo com ampla experiência no setor imobiliário, exerce, há mais de 10 anos, função de Head de novos negócios, atuando diretamente como conselheiro, consultor e/ou diretor para family office, nos setores de: hotelaria, imobiliário, marinas náuticas, tecnologia em mineração, locação de equipamentos e geração de energia. O sr Alexandre é acionista indireto da Total Log Planejamento e Participações Ltda, que possui mais de 5% das ações da companhia.

Walter Roberto de Oliveira Longo

Walter Longo, Publicitário e Administrador de Empresas com MBA na Universidade da Califórnia, é empreendedor digital, palestrante internacional e sócio-diretor da Unimark Comunicação. Anteriormente era Presidente do Grupo Abril e Mentor de Estratégia e Inovação do Grupo Newcomm - holding de comunicação do Grupo WPP que inclui as agências Young & Rubicam, Wunderman, Grey Brasil, VML, entre outras. Já ocupou cargos de diretor regional para a América Latina do Grupo Young & Rubicam e presidente, no Brasil, da Grey Advertising, Wunderman Worldwide, TVA, MTV e do Grupo Newcomm Bates. Foi também sócio-fundador da primeira agência de Branded Content da América Latina, a Synapsys Marketing e Mídia. Por sua contribuição no setor de Telecomunicações, Longo foi escolhido como presidente executivo e presidente do conselho da ABTA - Associação Brasileira de TV por Assinatura, além de fundador e presidente da Abraforte - Associação Bras. dos Fornecedores de Telecomunicações. Foi eleito por 4 vezes o melhor profissional do Ano do Prêmio Caboré. Foi também premiado com o título de Personalidade do Marketing Direto pela Abemd. Em 2015 passou a fazer parte do Hall of Fame do Marketing no Brasil. Em 2017 recebeu o Prêmio Lide de Marketing Empresarial. Walter Longo é membro de vários conselhos de empresas como SulAmérica, Sabemi, Ammo, Portobello e Cacau Show, sócio de múltiplas empresas digitais, palestrante reconhecido internacionalmente, articulista de múltiplas publicações, além de autor, entre outros, dos livros O Marketing e o Nexo (Ed. BestSeller), Marketing e Comunicação na Era Pós-Digital (Alta Books), O Fim da Idade Média e o Início da Idade Mídia (Alta Books), Insights para um Mercado em Transição (Alt

Books) e O Trilema Digital (Alta Books).

Roberto de Souza

Engenheiro Civil, Mestre e Doutor em Engenharia pela Escola Politécnica da USP.

Antes de comandar o CTE, foi Diretor da Divisão de Edificações do IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas e presidente do Comitê Brasileiro de Construção Civil da ABNT.

Especialista em qualidade, tecnologia, gestão, sustentabilidade, ESG e inovação na construção. Autor de nove livros técnicos focados nesses temas e aplicados à incorporadoras, construtoras e projetistas. Ministrou inúmeras palestras e cursos no Brasil e no exterior e escreveu vários artigos técnicos ao longo de sua carreira.

Em 2018 criou a Rede Construção Digital, Industrializada e Sustentável, com o propósito de impulsionar o movimento de transformação digital, industrialização e sustentabilidade na construção. A RCDI+S é hoje o maior ecossistema brasileiro de inovação e relacionamento no setor da construção, contando com a participação de 110 empresas líderes da cadeia produtiva: fundos de investimento, agentes financeiros, incorporadoras, construtoras, projetistas, fabricantes de materiais e equipamentos, fornecedores de tecnologia, gestores da operação e startups.

Rogério Furtado Moreira

O Sr. Moreira é graduado em Engenharia de Produção pela UFRJ, tem MBA em finanças pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais ("IBMEC") e concluiu o curso OPM (Owners/Presidents Management) na Harvard Business School (Boston) em 2017 (OPM50).

Foi consultor na Arthur Andersen Consulting e, no final de 1988, ingressou no Banco BBM como operador de renda variável e derivativos. Em 1993, assumiu a gerência geral de investimentos em renda variável e, em 1994, mudou-se para Nova York com a finalidade de estruturar a BBM Securities (corretora do Grupo Mariani em Nova York). Tornou-se sócio do Banco BBM em 1995 e retornou ao Brasil para constituir a empresa de Asset Management do Grupo, tendo como principal função a coordenação da gestão de todos os fundos de investimento e carteiras. Tornou-se diretor adjunto em 1997 e desligou-se do grupo BBM em 31 de dezembro de 1998. Em 1999, tornou-se sócio fundador do Banco CR2, sendo o diretor executivo responsável pelo controle operacional, controladoria e administrativo. Em 2007, após o *spin off* da área imobiliária do grupo, passou a exercer os cargos de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores na Companhia, coordenando o seu processo de abertura de capital na Bovespa (IPO). Em 2014, assumiu a Presidência da Companhia, cumulativamente ao cargo de Diretor de Relações com Investidores e Vice Presidente do Conselho de Administração, no qual permaneceu até julho de 2015. Desde 2016, é sócio da ARM Gestão, empresa de consultoria em gestão e recuperação de empresas.

(n). Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; e (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

Não ocorreu qualquer dos eventos mencionados acima envolvendo os candidatos a membros do Conselho de Administração. Ainda, informamos que nenhum dos candidatos é considerado pessoa politicamente exposta.

Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

Conselho de Administração	Total de reuniões realizadas pelo respectivo órgão desde a posse	Percentual de participação do membro nas reuniões realizadas após a posse
Alexandre Pereira Coelho	7	100%
Rogério Furtado Moreira	7	100%

Informações em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários

A Companhia não possui comitês em funcionamento.

Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

Não aplicável, tendo em vista o disposto no item 12.7 acima.

Relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

(a) administradores da Companhia; (b) administradores da Companhia e administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia; (c) administradores da Companhia ou de suas controladas, diretas ou indiretas, e controladores diretos ou indiretos da Companhia; (d) administradores da Companhia e administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia

Não existe.

Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas nos últimos 3 exercícios sociais entre os administradores da Companhia e:

(a) sociedade controlada, direta e indiretamente, pela Companhia, com exceção daquelas em que a Companhia detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social; (b) controlador direto ou indireto da Companhia; (c) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladores ou controladas de algumas dessas pessoas

Não existe.

ANEXO III
INFORMAÇÕES REFERENTES À PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS
ADMINISTRADORES, NOS TERMOS DO ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE
REFERÊNCIA

REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, Diretoria, Conselho Fiscal e Comitês

Inicialmente, ressaltamos que a Companhia não possui Conselho Fiscal, Diretoria Não Estatutária e Comitês, estatutários ou não, sendo, portanto, as informações desse item correspondentes apenas ao Conselho de Administração e Diretoria.

objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O objetivo de cada elemento da remuneração dos administradores é incentivar o alinhamento de interesses destes com as metas da Companhia, de forma a estimular o comprometimento dos executivos, atraindo e mantendo profissionais altamente qualificados. Ademais, por meio do pagamento de gratificação baseada nos resultados da Companhia e do Plano de incentivo por ações a ser proposto nessa AGO (“Plano”), a Companhia busca estimular a melhoria de sua gestão e a *permanência de seus executivos nos postos ocupados, incentivando o comprometimento e a dedicação* de seus profissionais. É importante ressaltar que nessa nova fase da Companhia, os executivos principais são peças-chaves e a Companhia acredita que a política de remuneração proposta alinha completamente os objetivos mútuos.

composição da remuneração, indicando:

descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

A remuneração dos nossos Diretores é composta, conforme o caso, pelos seguintes elementos:

(i) remuneração base mensal, com o objetivo de manter o equilíbrio em relação à prática do mercado em geral; (ii) gratificação baseada nos resultados da Companhia, de forma que os Diretores dividam com os acionistas os resultados auferidos, incentivando-os a buscar o sucesso mútuo e (iii) plano de incentivo por ações que constitui um incentivo de longo prazo oferecido aos nossos executivos, conforme venha a ser aprovado na forma do Estatuto da Companhia e da legislação aplicável. Atualmente, a Cia possui apenas a remuneração base mensal e o gratificação baseada nos resultados. Além da remuneração, lhes é oferecido, como benefício, um plano de saúde.

Os membros do Conselho de Administração recebem apenas uma remuneração fixa mensal pelo desempenho de suas funções, e não fazem *jus* a outros benefícios diretos ou indiretos, tampouco possuem participação nos resultados ou qualquer tipo de remuneração variável. Portanto, além da referida remuneração mensal fixa, não há outros elementos de remuneração para os membros do Conselho de Administração.

qual a proporção de cada elemento na remuneração total, em relação aos 3 últimos exercíciossociais

Para os membros do Conselho de Administração, a remuneração base mensal constitui 100% da remuneração total percebida nos exercícios de 2019, 2020 e 2021, ao passo que, para a Diretoria, não há proporção pré- definida de cada elemento na remuneração total.

A Companhia baseia a remuneração variável de seus diretores em relação ao cumprimento de metas anuais, com o pagamento ao fim de cada ano, após a avaliação. Dessa forma todo o valor da remuneração variável ao longo dos anos está atrelado ao cumprimento de metas de curto prazo.

No exercício de 2021, a remuneração fixa da Diretoria, composta por remuneração base, benefícios e remuneração variável, correspondeu a 77,05% da remuneração total, tendo a remuneração variável (bônus) correspondido a 17,01% e os benefícios (plano de saúde) correspondido aos 5,93% restantes, conforme quadro abaixo:

% em relação à remuneração total (2021)					
	Benefícios (Plano de Saúde)	Remuneração Base	Remuneração Variável	Plano de Opção de Compra de Ações	Total
Conselho de Administração	0%	100%	0%	0%	100%
Diretoria	5,93%	77,05%	17,01%	0,00%	100%

No exercício de 2020, a remuneração fixa da Diretoria, composta por remuneração base e benefícios, foi de 57,78% da remuneração total, tendo a remuneração variável (bonus) correspondido a 42,22%, conforme Quadro abaixo:

2020					
	Benefícios (Plano de Saúde)	Remuneração Base	Remuneração Variável	Plano de Opção de Compra de Ações	Total
Conselho de Administração	0%	100%	0%	0%	100%
Diretoria	5,14%	52,64%	42,22%	0,00%	100%

No exercício de 2019, a remuneração fixa da Diretoria, composta por remuneração base e benefícios, correspondeu a 66,48% da remuneração total, tendo a remuneração variável (bônus) correspondido a 33,52%.

2020					
	Benefícios (Plano de Saúde)	Remuneração Base	Remuneração Variável	Plano de Opção de Compra de Ações	Total
Conselho de Administração	0%	100%	0%	0%	100%
Diretoria	5,43%	61,05%	33,52%	0,00%	100%

metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Não há metodologia específica de cálculo para a remuneração fixa dos Diretores e Conselheiros, sendo certo que a metodologia de reajuste proposta pela Administração anualmente para a remuneração base tem sido a atualização de acordo com o percentual de variação do IPCA nos 12 (doze) meses anteriores, podendo ser revista marginalmente, à critério do Conselho de

Administração da Companhia. No que tange à remuneração variável, como depende do desempenho de cada um dos membros da Diretoria e da obtenção das metas definidas para as suas respectivas equipes, não há metodologia de cálculo ou reajuste definida, sendo certo que a Companhia procura mantê-la alinhada com os valores praticados no mercado.

Para informações adicionais sobre o plano de incentivo de ações, vide item 13.4 abaixo.

razões que justificam a composição da remuneração

A nova administração acredita que o que justifica a nossa política de remuneração é o novo foco em resultados e a intenção de reter elementos chaves para alcança-los.

existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não aplicável.

principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação decada elemento da remuneração

Para a determinação da remuneração base mensal de nossos administradores, utilizamos pesquisas de mercado e diminuimos o valor médio em aproximadamente 30%. A nova administração acredita que a meritocracia as remunerações variáveis medidas por meritocracia devem ser a principal fonte de recebimento dos seus executivos, alinhando os stakeholders a isso. para a determinação da Participação nos Lucros e Resultados, cada executivo tem metas individuais e a cia possui metas globais que funcionam como gatilhos para que a remuneração seja paga.

como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Com o objetivo de atrelar a remuneração da Diretoria ao desempenho financeiro da Companhia, o montante global da gratificação a ser distribuída é calculado com base no cumprimento do orçamento aprovado anualmente para a Companhia, aliado ao resultado da avaliação individual realizada, além da obtenção dos resultados definidos para cada membro da Diretoria e suas respectivas equipes.

como a política ou prática de remuneração se alinha aos nossos interesses de curto, médio e longo prazo

A cia acredita que o principal foco é o médio e longo prazo, por isso foca os seus esforços de remuneração na parcela variável. Conforme mencionado acima, a Cia acredita que a remuneração fixa é suficiente para que os executivos tenham uma vida confortável, apesar de ser intencionalmente abaixo do mercado. Na parcela variável, a Cia acredita que estará acima da média do mercado, assim que finalizarmos o plano de incentivo por ações e desde que os resultados sejam alcançados.

Desta forma, há grande incentivo para que tais profissionais busquem com afinco execução de projetos precisos e rentáveis para a Companhia.

Os interesses de longo prazo serão alinhados com a criação de um plano de incentivo por ações que será disparado sempre que objetivos agressivos forem alcançados

existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

O Conselho de Administração da Companhia aprovou, em reunião realizada em 01/08/2013, a possibilidade de Implantação de um plano de rateio de despesas entre as sociedades controladas da Companhia. Nos exercícios de 2019, 2020 e 2021 não houve remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia

Não há qualquer remuneração ou benefício garantido aos nossos administradores vinculados à ocorrência de eventos societários.

Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando: (i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam; (ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração

individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos; (iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor.

A distribuição da verba global anual entre diretores e conselheiros é feita pelo Conselho de Administração, bem como a definição dos valores de participações nos lucros dos diretores e funcionários da Companhia.

Os programas e níveis de remuneração individual da diretoria executiva são sugeridos ao Conselho de Administração pelo Diretor Presidente, com base na filosofia de remuneração vigente. Ao fazer suas recomendações o Diretor Presidente leva em consideração os resultados da Companhia no exercício anterior, desempenho individual, pesquisas de remuneração de mercado e outros aspectos tais como riscos de retenção, habilidades e conhecimentos, experiência e potencial de cada executivo. O Diretor Presidente é assessorado pela área de recursos humanos da Companhia, e pode utilizar consultorias externas especializadas para temas técnicos.

O Conselho de Administração é responsável por analisar e opinar nas recomendações do Diretor Presidente quanto aos diretores, e por aprovar a remuneração do Diretor Presidente. Em suas análises o Conselho de Administração leva em consideração os mesmos parâmetros usados pelo Diretor Presidente para a remuneração dos diretores executivos, ou seja, os resultados da Companhia no exercício anterior, desempenho individual, pesquisas de remuneração de mercado e outros aspectos tais como riscos de retenção, habilidades e conhecimentos, experiência e histórico do executivo na Companhia.

Ao definir as políticas de remuneração dos conselheiros, o Conselho de Administração leva em consideração as boas práticas da governança corporativa, pesquisas de remuneração de mercado e outros aspectos como habilidades, experiência e histórico dos conselheiros.

13.2. Remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, nos 3 últimos exercícios sociais da Companhia e a prevista para o exercício social corrente⁴

Inicialmente, destacamos que não há Conselho Fiscal instalado, motivo pelo qual deixamos de apresentar informações sobre o mesmo.

⁴ Para evitar duplicidade, os valores computados como remuneração dos membros do conselho de administração devem ser descontados da remuneração dos diretores que também façam parte daquele órgão.

Valores relativos para o exercício de 2021

	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA	TOTAL
Número total de membros	3,91	2	6
Número de membros remunerados	3,91	2	6
Remuneração fixa anual total, sendo:	R\$ 204.328,18	R\$ 1.496.283,50	R\$ 1.700.611,68
· salário ou pró-labore	R\$ 204.328,18	R\$ 1.389.244,34	R\$ 1.593.572,52
· benefícios diretos e indiretos (plano de saúde)	n/a	R\$ 107.039,16	R\$ 107.039,16
· remuneração por participação em comitês	n/a	n/a	n/a
· outros	n/a	n/a	n/a
Remuneração variável total, sendo:	n/a	306.685	306.685
· bônus	n/a	306.685	R\$ 306.685,26
· participação nos resultados	n/a	n/a	n/a
· remuneração por participação em reuniões	n/a	n/a	n/a
· comissões	n/a	n/a	n/a
· outros	n/a	n/a	n/a
Benefícios pós-emprego	n/a	n/a	n/a
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	n/a	n/a	n/a
Remuneração baseada em ações, incluindo opções	n/a	n/a	n/a
Valor total da remuneração do órgão	R\$ 204.328,18	R\$ 1.802.968,76	R\$ 2.007.296,94

Valores referentes ao exercício de 2020

	C.A.	DIRETORIA	TOTAL
Número total de membros	3,67	2	5,67
Número de membros remunerados	3,67	2	5,67
Remuneração fixa anual total, sendo:	R\$ 159.404,96	R\$ 1.071.211,57	R\$ 1.230.616,53
· salário ou pró-labore	R\$ 159.404,96	R\$ 975.863,84	R\$ 1.135.268,80
· benefícios diretos e indiretos (plano de saúde)	n/a	R\$ 95.347,73	R\$ 95.347,73
· remuneração por participação em comitês	n/a	n/a	n/a
· outros	n/a	n/a	n/a

<i>Remuneração variável total, sendo:</i>	<i>n/a</i>	<i>R\$ 782.582,43</i>	<i>R\$ 782.582,43</i>
<i>·bônus</i>	<i>n/a</i>	<i>R\$ 782.582,43</i>	<i>R\$ 782.582,43</i>
<i>·participação nos resultados</i>	<i>n/a</i>	<i>n/a</i>	<i>n/a</i>
<i>·remuneração por participação em reuniões</i>	<i>n/a</i>	<i>n/a</i>	<i>n/a</i>
<i>·comissões</i>	<i>n/a</i>	<i>n/a</i>	<i>n/a</i>
<i>·outros</i>	<i>n/a</i>	<i>n/a</i>	<i>n/a</i>
<i>Benefícios pós-emprego</i>	<i>n/a</i>	<i>n/a</i>	<i>n/a</i>
<i>Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo</i>	<i>n/a</i>	<i>n/a</i>	<i>n/a</i>
<i>Remuneração baseada em ações, incluindo opções</i>	<i>n/a</i>	<i>n/a</i>	<i>n/a</i>
Valor total da remuneração do órgão	<i>R\$ 159.404,96</i>	<i>R\$ 1.853.794,00</i>	<i>R\$ 2.013.198,96</i>

Valores referentes ao exercício de 2019

	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA	TOTAL
Número total de membros	5	3	8
Número de membros remunerados	5	3	8
Remuneração fixa anual total, sendo:	R\$ 217.370,40	R\$ 1.278.148,64	R\$ 1.495.519,04
·salário ou pró-labore	R\$ 217.370,40	R\$ 1.173.668,04	R\$ 1.391.038,44
·benefícios diretos e indiretos (plano de saúde)	n/a	R\$ 104.480,60	R\$ 104.480,60
·remuneração por participação em comitês	n/a	n/a	n/a
·outros (INSS pago pela companhia)	n/a	n/a	n/a
Remuneração variável total, sendo:	n/a	R\$ 644.344,92	R\$ 644.344,92
·bônus	n/a	R\$ 644.344,92	R\$ 644.344,92
·participação nos resultados	n/a	n/a	n/a
·remuneração por participação em reuniões	n/a	n/a	n/a
·comissões	n/a	n/a	n/a
·outros (INSS pago pela companhia)	n/a	n/a	n/a
Benefícios pós-emprego	n/a	n/a	n/a
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	n/a	n/a	n/a
Remuneração baseada em ações, incluindo opções	n/a	n/a	n/a
Valor total da remuneração do órgão	R\$ 217.370,40	R\$ 1.922.493,56	R\$ 2.139.863,96

Observação: O número de membros de cada órgão indicado nos quadros deste item 13.2 foi apurado de acordo com média anual do número efetivo de membros, apurado mensalmente, com duas casas decimais.

Remuneração variável do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, nos 3 últimos exercícios sociais da Companhia e a prevista para o exercício social corrente

Inicialmente, ressaltamos que a Companhia não possui Conselho Fiscal instalado e que os membros do nosso Conselho de Administração não recebem remuneração variável.

Com relação à Diretoria, o valor a ser efetivamente pago como remuneração variável relative ao exercício de 2022 dependerá dos resultados da Companhia e da obtenção dos resultados definidos para as equipes subordinadas a cada membro da Diretoria. Adicionalmente, a performance individual é fator determinante na remuneração de cada executivo.

Valores para o exercício social de 2022

	Conselho de Administração	Diretoria	Total
Número total de membros	3	2	5
Número de membros remunerados	3	2	5
Bônus(em R\$)	0	0	0
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	300 mil	1.000 mil	1300 mil
Valor máximo previsto no plano de remuneração	300 mil	4.700 mil	5.000 mil
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	Até o limite do valor que vier a ser aprovado na Assembléia	Até o limite do valor que vier a ser aprovado na Assembléia	Até o limite do valor que vier a ser aprovado na Assembléia

A remuneração variável eventualmente paga à Diretoria recebe, nas Demonstrações Financeiras da Companhia, a denominação de gratificação, em razão de sua natureza eventual e por constituir mera liberalidade da Companhia, sendo certo que o seu efetivo pagamento depende dos resultados da Companhia, da obtenção dos resultados definidos para as suas

respectivas equipes e do desempenho individual de cada membro da Diretoria. Não obstante, tendo em vista que a Instrução CVM 480 permite o enquadramento desse pagamento apenas como bônus ou PLR, para fins de preenchimento do presente formulário, os valores pagos ou previstos serão alocados como bônus.

Conforme explicitado acima, a remuneração variável eventualmente paga no exercício de 2023 será diretamente vinculada com o resultado do exercício social anterior, motivo pelo qual não é possível fazer uma previsão de valor, sendo certo que a Proposta da Administração da Companhia é aprovar na AGO a ser realizada em 29 de abril de 2022 o limite anual para remuneração no valor total de R\$ 5.000.000,00 a ser paga, assim como nos últimos anos.

O valor máximo da remuneração variável da Diretoria será definido pelo Conselho de Administração, após a definição, pela Assembleia, do valor máximo da remuneração total da Administração da Companhia. Dessa forma, indicamos como valor máximo o valor proposto pela Administração como o limite anual para remuneração, que será objeto de deliberação na AGO a ser realizada em 29 de abril de 2022.

Valores referentes ao exercício de 2021

	Conselho de Administração	Diretoria	Total
Número total de membros	3,91	2	5,91
Número de membros remunerados	3,91	2	5,91
Bônus ⁹ (em R\$)	0	307 mil	307 mil
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	5.000 mil ¹⁰	5.000 mil
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0	5.000 mil	5.000 mil
Valor efetivamente reconhecido no resultado	0	307 mil	307 mil
Participação no resultado (em R\$)	0	0	0
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0

Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0	0	0
Valor efetivamente reconhecido no <u>resultado</u>	0	0	0

Valores referentes ao exercício de 2020

	Conselho de Administração	Diretoria	Total
Número total de membros	3,67	2	5,67
Número de membros remunerados	0	2	2
Bônus ⁹ (em R\$)	0	783 mil	783 mil
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	5.000 mil ¹⁰	5.000 mil
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0	5.000 mil	5.000 mil
Valor efetivamente reconhecido no resultado	0	783 mil	783 mil
Participação no resultado (em R\$)	0	0	0
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0	0	0
Valor efetivamente reconhecido no	0	0	0

resultado

Valores referentes ao exercício de 2019

	Conselho de Administração	Diretoria	Total
Número total de membros	5	3	8
Número de membros remunerados	0	3	3
Bônus ¹¹ (em R\$)	0	644 mil	644 mil
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	5.000 mil ¹²	5.000 mil
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0	5.000 mil	5.000 mil
Valor efetivamente reconhecido no resultado	0	644 mil	644 mil
Participação no resultado (em R\$)	0	0	0
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0	0	0
Valor efetivamente reconhecido no resultado	0	0	0

Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:

Plano de Opção de Compra de Ações

termos e condições gerais

O último plano foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13 de março de 2007 e era gerido pelo Conselho de Administração da Companhia. Nos termos do Plano de Opções, a Companhia pode conceder opções para a compra de suas ações aos (i) administradores; (ii) empregados; e (iii) prestadores de serviços ou para outras sociedades sob seu controle.

É importante ressaltar que esse plano encontra-se desativado e obsoleto a alguns anos.

A partir do exercício de 2022 a nova administração porá em aprovação do seus acionistas o novo plano de incentivo por ações, assim que o mesmo estiver finalizado.

principais objetivos do plano

O novo plano de incentivo de ações está sendo elaborado para atrair e reter profissionais qualificados que compõem a nossa diretoria, assim como alinhar os objetivos deles de maximização de resultados no médio e longo prazo com o dos nossos acionistas

forma como o plano contribui para esses objetivos

Alinhando interesses de administradores, Companhia e acionistas por meio de benefícios aos administradores de acordo com a performance das ações da Companhia.

como o plano se insere na política de remuneração do emissor

O plano de incentivo por ações é uma das principais ferramentas da política de incentivos acordada entre a companhia e seus principais executivos.

como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

O Plano alinha os interesses de administradores, Companhia e acionistas por meio de benefícios aos administradores de acordo com a performance das ações da Companhia. Por meio do Plano, buscamos estimular a melhoria na nossa gestão e a permanência dos nossos executivos, visando ganhos pelo comprometimento com os resultados de longo prazo e o desempenho de médio prazo.

Ademais, o Plano visa possibilitar a Companhia obter e manter os serviços de executivos de alto nível, oferecendo a tais executivos, como vantagem adicional, se tornarem acionistas, nos termos e condições que serão previstos no Plano.

número máximo de ações abrangidas

Não se aplica pois o plano ainda não foi finalizado

número máximo de opções a serem outorgadas

Não se aplica atualmente dado que os planos antigos já estão desativados

O Conselho de Administração aprovou seis Programas de Aquisição de Ações, outorgando opções a Diretores e Funcionários da Companhia. A quantidade de opções outorgadas a membros da Diretoria nos exercícios de 2007, 2008, 2010 e 2013, excluindo-se aquelas canceladas ou expiradas, correspondia a 0% das ações ordinárias do nosso capital social ao final do exercício social de 2021.

condições de aquisição de ações

Não se aplica

critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Não se aplica

critérios para fixação do prazo de exercício

Não se aplica

forma de liquidação

Não se aplica

critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Não se aplica

Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Não se aplica

Remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente, do Conselho de Administração e da Diretoria

Os membros do nosso Conselho de Administração não recebem remuneração baseada em ações. Não possuímos Conselho Fiscal instalado. Além disso a Companhia, até a presente data não outorgou nenhum valor nos últimos 3 anos.

Todos os planos outorgados pós IPO foram encontrados encerrados.

Opções em aberto do Conselho de Administração e da Diretoria ao final do último exercício social

Os membros do nosso Conselho de Administração não foram eleitos como beneficiários do nosso Plano de Opção de Compra de Ações. No que se refere à Diretoria, informamos que, ao final do último exercício social, não havia mais opções em aberto, motivo pelo qual deixa de ser apresentado quadro correspondente.

Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da Diretoria, nos 3 últimos exercícios sociais

Os membros do nosso Conselho de Administração não foram eleitos como beneficiários do nosso Plano de Opção de Compra de Ações. Nos últimos 3 exercícios sociais, não houve o exercício de opções e/ou ações entregues relativas à remuneração baseada em ações para a nossa Diretoria, motivo pelo qual deixa de ser apresentado o quadro correspondente.

Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens “13.5” a “13.7”, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções

Atualmente a Companhia não possui Plano de Opção de Compra de Ações vigentes.

O novo plano de incentivo a ser avaliado está sendo finalizado e será submetido a assembléia de acionistas para aprovação em data posterior

Quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas,

emitidos pela Companhia, seus controladores, diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do Conselho de Administração, da Diretoria ou do Conselho Fiscal, agrupados por órgão

A tabela abaixo indica o número de ações, detidas direta ou indiretamente, no Brasil ou no exterior, pelos nossos Conselheiros e Diretores, agrupados por órgão, e o percentual que o referido número representa em relação ao número total de ações emitidas pela nossa Companhia em 31 de dezembro de 2021, ou seja, em relação à totalidade do nosso capital social naquela data. Não possuímos Conselho Fiscal instalado.

Órgão	Número de Ações	Percentual (%)
Conselho de Administração ^{15,16}	41.474	1,71%
Diretoria.....	0	0,00%
Total.....	41.474	1,71%

Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria

Não se aplica, pois os membros do nosso Conselho de Administração não são elegíveis aos nossos planos de previdência. Não possuímos Conselho Fiscal instalado. Não existem planos de previdência em vigor para a Diretoria.

¹⁵ Em casos em que o membr'o fazia parte do Conselho de Administração e da Diretoria, as informações foram centralizadas no Conselho de Administração.

¹⁶ Inclui posição do cônjuge

Remuneração Média do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal relativa aos 3 (três) últimos exercícios sociais

Valores anuais

	2021		2020		2019	
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho de Administração	Diretoria
Número de Membros	3,91	2	3,67	2	5	3

Número de membros remunerados	3,91	2	3,67	2	5	3
Valor da maior remuneração individual (em reais)	R\$ 53.135,00	R\$ 442.574,00	R\$ 52.168,90	R\$ 1.014.310,37	R\$ 52.168,90	R\$ 1.020.320,90
Valor da menor remuneração individual (em reais)	R\$ 53.135,00	R\$ 79.940,00	R\$ 52.168,90	R\$ 668.093,50	R\$ 52.168,90	R\$ 754.498,75
Valor médio de remuneração individual (em reais)	R\$53.135,00	R\$ 330.266,00	R\$ 52.168,90	R\$ 841.201,94	R\$ 52.168,90	R\$ 887.409,83

Descrição dos arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para a Companhia

Não temos arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os nossos administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

No entanto, a Companhia possui uma apólice de seguro contratada para os seus administradores, o qual garante o pagamento de determinadas despesas em caso de sinistro. Tal apólice não abrange pagamento de prêmio em caso de dolo.

Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do Conselho de Administração, da Diretoria ou do Conselho Fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Não se aplica.

Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do Conselho de

Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Em 2020 e 2019, não houve remuneração por outras funções que não sejam pelas funções que ocupam.

Em 2021, a conselheira Danielle Soares Arydes Gomes, vice presidente do Conselho de Administração da Companhia e o Sr, Rogerio Furtado Moreira receberam respectivamente R\$ 234.047,00 e R\$ 18.000,00 a título de consultoria por serviços prestados a Companhia.

Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria ou do Conselho Fiscal da Companhia, agrupados por órgão, especificando a que títulos tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

A companhia não possui controladores diretos ou indiretos, por esse motivo, nos exercícios de 2021, 2020 e de 2019, não houve despesas com remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria ou do Conselho Fiscal suportados por controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob o controle comum e de controladas da Companhia.

Outras Informações Relevantes

A Companhia entende que todas as informações relevantes já foram consideradas nos itens acima

* * *